

# Nota Informativa

Edição 005/2024

## DESTAQUES

Governo deve criar na quarta-feira grupos de trabalho com Estados e municípios para regulamentar reforma tributária

Pacheco deixa para próxima semana decisão sobre MP da reoneração

Governo estuda enviar projeto de lei sobre reoneração da folha, diz Jaques Wagner

Pacheco e Lula tentam encontrar solução alternativa para MP da reoneração

Planalto avisa a ministros do Supremo que Lewandowski irá para a Justiça

Lei cria debêntures para investimento em infraestrutura

## TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Startups captam US\$ 1,9 bi no Brasil em 2023, pior resultado em cinco anos

5G no Brasil ultrapassa soma de linhas 2G e 3G

ABES: MP do Haddad salta reoneração da folha de TI para 18%

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Lula renova mandato de integrante do Conselho Nacional de Justiça

DOU traz exoneração de Maria Fernanda Coelho da Secretaria-Geral da Presidência

## ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Fazenda pede que Congresso reconsidere impacto fiscal da reoneração

Fazenda cria grupo para analisar prazo de processos fiscais até R\$ 1 bilhão

Nova renegociação dará desconto de até 70% para dívida ativa

## POLÍTICA

Líder do Governo diz não acreditar em devolução da MP da reoneração

## RELAÇÕES EXTERIORES

Lula defende 'avançar' acordo comercial entre Mercosul e Japão

## DESTAQUES

### **Governo deve criar na quarta-feira grupos de trabalho com Estados e municípios para regulamentar reforma tributária**

Poder Executivo | 09/01/2024 – 22h44min

O governo deve publicar no "Diário Oficial da União" de quarta-feira (10) a criação de grupos de trabalho que vão debater, promover estudos e propor anteprojetos de lei para regulamentar a reforma tributária, aprovada e promulgada pelo Congresso Nacional no fim do ano passado. Os grupos terão representantes da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, da Receita Federal e dos Estados e municípios. Eles vão tratar de temas como: CBS e IBS; regimes específicos; cesta básica e cashback; transição; modelo operacional; comitê gestor; fundos criados pela reforma; cálculos da alíquota de referência; Imposto Seletivo; Zona Franca e demais áreas de livre comércio; entre outros. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Pacheco deixa para próxima semana decisão sobre MP da reoneração**

Poder Legislativo | 10/01/2024 – 12h40min

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), deixou para a próxima semana a decisão em relação à medida provisória (MP) da reoneração da folha de pagamento. Na segunda-feira (15), Pacheco e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, devem se reunir para tratar do tema. Haddad está de férias nesta semana. Na quarta-feira (10), o secretário-executivo da Fazenda e ministro interino durante as férias de Haddad, Dario Durigan, teve reunião com Pacheco. As negociações incluem alterações para apaziguar congressistas. Segundo o secretário, foram apresentados a Pacheco argumentos para a manutenção da medida. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Governo estuda enviar projeto de lei sobre reoneração da folha, diz Jaques Wagner**

Poder Legislativo | 10/01/2024 – 15h36min

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), admitiu na quarta-feira (10) a possibilidade de o governo enviar projeto de lei para tratar da reoneração dos 17 setores intensivos em mão de obra, embora avalie que a medida provisória que trata do tema não será devolvida pelo presidente da casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Ele também não descartou a edição de uma nova versão da MP. Ele falou sobre o tema após sair de uma reunião com Pacheco e com o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, na residência oficial da Presidência do Senado. O encontro durou cerca de duas horas. Na

terça-feira (9), Jaques também acompanhou uma conversa entre o presidente da Casa e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Pacheco e Lula tentam encontrar solução alternativa para MP da reoneração**

Poder Executivo | 10/01/2024 – 11h40min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reuniu na terça-feira (9) à noite com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), no Palácio do Planalto. O encontro foi para tratar do impasse em torno da medida provisória (MP) que reonera a folha de pagamento dos 17 setores intensivos em mão de obra. A MP foi apresentada pela equipe econômica no fim do ano, mesmo depois de o Congresso derrubar os vetos presidenciais que tentavam justamente evitar a desoneração completa desses setores. O sistema de desoneração da folha permitia que as empresas de alguns setores intensivos em mão de obra substituíssem a contribuição de 20% sobre salários por uma alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. O Congresso prorrogou esse tratamento, mas o Executivo vetou a iniciativa e editou uma MP no sentido contrário. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Planalto avisa a ministros do Supremo que Lewandowski irá para a Justiça**

Poder Executivo | 10/01/2024 – 09h44min

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) foram avisados pelo Palácio do Planalto de que o ex-presidente da Corte Ricardo Lewandowski será o novo titular da Justiça, substituindo Flávio Dino, que assumirá uma vaga na Corte. O anúncio ainda não foi feito porque Lewandowski pediu um prazo para definir os seus auxiliares na equipe, mas a nomeação deve sair até o fim desta semana. A conversa entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Lewandowski ocorreu anteontem, no Palácio da Alvorada. O ministério não será dividido e a Segurança Pública continuará sob a alçada da Justiça. Lewandowski sempre foi contra essa separação. Em conversas reservadas, ele chegou a dizer que o desmembramento do Ministério da Justiça não era uma operação tão simples como "tirar um paletó" porque as estruturas são interligadas. Além disso, ele concorda com Dino, que sempre afirmou que um ministro sem o comando da Polícia Federal fica enfraquecido. Fonte: Correio do Povo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Lei cria debêntures para investimento em infraestrutura**

Poder Legislativo | 10/01/2024 – 11h31min

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou, sem vetos, a Lei 14.801/24, que cria debêntures de infraestrutura a serem emitidas por concessionárias de serviços públicos. O texto, publicado no Diário Oficial da União de quarta-feira (10), também muda os fundos de investimento no setor. A nova norma é oriunda do substitutivo apresentado pelo relator na Câmara, deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), para o Projeto de Lei 2646/20, do deputado João Maia (PP-RN) e outros. Na versão aprovada pela Câmara, emendas do Senado foram parcialmente mantidas pelos deputados. Debêntures são títulos ao portador emitidos por empresas com promessa de pagamento de juros após determinado período, negociáveis no mercado. A nova lei permite que concessionárias, permissionárias e aquelas autorizadas a explorar serviços públicos emitam títulos para custear investimentos em infraestrutura. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

## Startups captam US\$ 1,9 bi no Brasil em 2023, pior resultado em cinco anos

Mercado | 10/01/2024 – 13h22min

As startups brasileiras captaram US\$ 1,9 bilhão em 2023, segundo levantamento da plataforma de inovação aberta Distrito. Trata-se de uma queda de 56,8% em relação a 2022 e o pior resultado desde 2018. Em número de negócios, foram 455 rodadas de aporte, uma queda anual de 51,1%. Na América Latina como um todo, as startups levantaram US\$ 3,124 bilhões, em 746 aportes, uma retração anual de 55%. Dentre os setores com o maior número de rodadas, destacaram-se: fintech (136), retailTech (65) e healthTech (54). Enquanto os setores com o maior volume de recursos investidos foram: fintech (US\$ 1 bilhão), energytech (US\$ 213,1 milhões) e supply chain (US\$ 203,4 milhões). Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## 5G no Brasil ultrapassa soma de linhas 2G e 3G

Mercado | 09/01/2024 – 21h38min

O Brasil já tem mais acessos 5G do que toda a soma total de usuários exclusivamente 2G e 3G. De acordo com o painel de dados sobre telefonia móvel da Anatel, essa ultrapassagem ocorreu ainda no mês de outubro de 2023. Naquela época, a agência registrou 17,5 milhões de acessos na quinta geração de redes móveis, em comparação com os 16,2 milhões das redes 2G e 3G somadas. No mês de novembro, a diferença se acentuou: o Brasil somava 18,9 milhões de acessos no 5G, com os acessos legados 2G/3G caindo para 16 milhões. Por sua vez, o 4G segue reinando absoluto como principal padrão de tecnologia móvel. Eram 177 milhões de acessos do gênero no Brasil até novembro, ou 83% do parque de chips ativos. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## ABES: MP do Haddad salta reoneração da folha de TI para 18%

Mercado | 09/01/2024

Do jeito que está a MP 1202, editada pelo governo no dia 29 de dezembro, apenas os setores que têm mão de obra com remuneração de até três salários mínimos vão ter os benefícios da 'desoneração' proposta pelo ministro da fazenda, Fernando Haddad, observa o conselheiro da ABES, Jorge Sukarie. Segundo ele, para as empresas de TI, com grande impacto da mão de obra nos seus custos, o benefício praticamente desapareceu. Pela regra, somente o primeiro salário mínimo tem o benefício da alíquota reduzida de 10% no primeiro ano, 12,5% no segundo, 15% no terceiro ano e 17,5% no quarto ano. "A conta vem de um dado: em TI, um salário médio de R\$ 10 mil é muito factível. Dentro da nova regra, haverá um pagamento de 10% referente ao valor do salário mínimo: R\$ 1421,00, ou seja, a empresa vai pagar R\$ 142,10. No que sobra, os R\$ 8.579,00 restantes, vai pagar 20%, ou seja R\$ 1715,18. Somando os dois, o pagamento será de R\$ 1857,90. É um modelo confuso demais do ponto de vistas contábil e não sei se vai valer a pena", reforça Sukarie. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Lula renova mandato de integrante do Conselho Nacional de Justiça

Poder Executivo | 10/01/2024 – 10h12min

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), publicou decreto para reconduzir João Paulo Santos Schoucair para o cargo de conselheiro do Conselho Nacional

de Justiça (CNP) a partir de 22 de junho de 2024. A recondução, aprovada pelo Senado em agosto, foi publicada na quarta-feira (10) no Diário Oficial da União (DOU). Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **DOU traz exoneração de Maria Fernanda Coelho da Secretaria-Geral da Presidência**

Poder Executivo | 10/01/2024 – 09h28min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) exonerou, a pedido, Maria Fernanda Ramos Coelho do cargo de secretária executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República. A exoneração foi publicada na quarta-feira (10) no Diário Oficial da União (DOU) Conforme noticiado pelo Valor, Maria Fernanda negou que sua saída esteja relacionada a algum tipo de divergência com o ministro, Márcio Macêdo, apesar de essa justificativa ser citada por fontes do Palácio do Planalto. Disse apenas que chegou ao “fim de um ciclo”. “Concluímos um trabalho importante no ministério, ampliando espaços de diálogo e participação social, realizando duas das cinco conferências nacionais de 2023, a equipe da juventude com vários projetos estruturantes”, afirmou. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **ECONOMIA E TRIBUTÁRIO**

### **Fazenda pede que Congresso reconsidere impacto fiscal da reoneração**

Poder Executivo | 10/01/2024 – 12h48min

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou na quarta-feira (10) que a pasta gostaria que o Congresso Nacional considerasse o impacto fiscal da reoneração dos 17 setores intensivos em mão de obra antes de tomar qualquer decisão sobre a Medida Provisória enviada no fim de 2023. Durigan se reuniu na manhã de hoje com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), substituindo o ministro Fernando Haddad, que está de férias e volta na próxima semana. Líderes do Congresso Nacional avaliam que a pasta afrontou o parlamento ao enviar a MP alterando as regras da desoneração logo após a derrubada do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e pedem que Pacheco devolva o texto. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Fazenda cria grupo para analisar prazo de processos fiscais até R\$ 1 bilhão**

Poder Executivo | 10/01/2024 – 08h46min

O Ministério da Fazenda criou um grupo de trabalho para acompanhar a temporalidade de processos administrativos fiscais (PAF) de elevado valor, ou seja, que totalizem no mínimo R\$ 1 bilhão. O grupo exercerá atividades até o dia 30 de junho, podendo ser prorrogado. Publicada na quarta-feira no Diário Oficial da União (DOU), a portaria assinada pelo secretário-executivo, Dario Durigan, informa que o acompanhamento consiste no controle dos prazos processuais para realização das etapas do contencioso administrativo fiscal a partir do levantamento no e-processo. O objetivo do grupo de trabalho é atuar tempestivamente para permitir a realização da obrigação tributária em data próxima à do fato gerador; e promover ações que priorizem a redução da temporalidade de PAF prioritário por critério de valor. Segundo a portaria, o grupo será constituído por representantes da Receita Federal, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Nova renegociação dará desconto de até 70% para dívida ativa**

Poder Executivo | 10/01/2024 – 07h45min

Os contribuintes inscritos na Dívida Ativa da União podem renegociar, até 30 de abril, o débito com até 70% de desconto nas multas e nos juros. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) abriu segunda-feira (8) cinco editais de transação tributária, modalidade de parcelamento criada durante a pandemia de covid-19. Chamado de Transações por Adesão, o programa permitirá o parcelamento da dívida em até 145 meses. Na transação tributária, o tamanho do desconto é determinado conforme a capacidade de pagamento do devedor. Quem tiver menor capacidade de pagamento terá os maiores descontos. Os editais estão divididos nas seguintes categorias: dívidas de pequeno valor, débitos de difícil recuperação ou irrecuperáveis, capacidade de pagamento, inscrições garantidas por seguro garantia ou carta fiança e microempreendedores individuais. Segundo a PGFN, o governo espera recuperar cerca de R\$ 24 bilhões com as Transações por Adesão. O devedor pode fazer simulações e pedir a adesão ao programa na página Regularize, portal de serviços eletrônicos oferecido pela PGFN. O próprio sistema avalia a capacidade de pagamento e renegocia o débito, definindo o valor das parcelas e os descontos definitivos. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## POLÍTICA

### Líder do Governo diz não acreditar em devolução da MP da reoneração

Poder Legislativo | 10/01/2024 – 12h24min

O líder do Governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), disse na 4ª feira (10.jan.2024) que a possibilidade de devolver a MP da reoneração não está no radar do governo, mas falou da possibilidade de fatiar o texto em projetos de lei. A declaração se deu depois de reunião de Jaques com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan. Desde que foi publicada pelo governo, a medida enfrenta resistência do Congresso e líderes da oposição pressionam para que a medida seja devolvida. Haverá uma nova rodada de negociações na 2ª feira (15.jan) com o presidente do Senado e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Na 3ª feira (9.jan), Pacheco avisou a Lula que, como está, a MP não passará no Congresso. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## RELAÇÕES EXTERIORES

### Lula defende 'avançar' acordo comercial entre Mercosul e Japão

Poder Executivo | 10/01/2024 – 11h55min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva conversou por telefone na manhã de quarta-feira com o primeiro-ministro do Japão, Fumio Kishida. Durante a ligação, eles discutiram a possibilidade de "avançar" num acordo comercial entre Mercosul e Japão. "Falamos da parceria estratégica entre nossos países, como a cooperação nos espaços multilaterais e relações comerciais, e avançarmos na possibilidade de um acordo comercial entre Mercosul e Japão", escreveu Lula em seu perfil nas redes sociais. Em 2023, o Brasil liderou as negociações para que o Mercosul conseguisse concluir um acordo com Cingapura. O tratado foi considerado importante porque o país é o segundo maior parceiro comercial do Brasil na Ásia, à frente de nações como Japão e Coreia do Sul. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

